



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 10 de abril de 2012

A CRITICA IPOJUCA, UM SOPRO NA LOGÍSTICA ..... OPINIÃO	1
A CRITICA sim & não ..... OPINIÃO	2
A CRITICA Terceiro entreposto da ZFM..... ECONOMIA	3
A CRITICA Auditores da Receita vão cruzar os braços no dia 12 ..... ECONOMIA	4
A CRITICA A história se repete ..... ECONOMIA	5
AMAZONAS EM TEMPO Contexto ..... OPINIÃO	6
AMAZONAS EM TEMPO APLAUSOS ..... OPINIÃO	7
AMAZONAS EM TEMPO Funcionários ..... OPINIÃO	8
AMAZONAS EM TEMPO PIM: os desafios que ainda temos pela frente..... OPINIÃO	9
AMAZONAS EM TEMPO Fiscais da Receita devem parar serviços na quinta..... ECONOMIA	10
AMAZONAS EM TEMPO Edital de novo entreposto da ZFM sairá em 90 dias ..... ECONOMIA	11
AMAZONAS EM TEMPO Edital de novo entreposto da ZFM sairá em 90 dias (continuação) ..... ECONOMIA	12
AMAZONAS EM TEMPO Denúncia de fraude no PIM chega ao MPE-AM ..... DIA-DIA	13
AMAZONAS EM TEMPO Denúncia de fraude no PIM chega ao MPE-AM (continuação)..... DIA-DIA	14
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro..... OPINIÃO	15
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro (continuação) ..... OPINIÃO	16

## IPOJUCA, UM SOPRO NA LOGÍSTICA

A Zona Franca de Manaus fincou o pé num importante mercado consumidor ao acertar com o Governo do Estado de Pernambuco a criação de um entreposto comercial - o terceiro no Brasil - no município de Ipojuca. Com este novo adendo comercial, os produtos 'made in Manaus' chegarão ao Nordeste com ao menos dois dias, reduzindo um prazo que hoje é de duas semanas. Esse acerto com Pernambuco é estratégico sobretudo pelo potencial de crescimento da economia nordestina. Segundo levantamento do Ibope, o mercado consumidor da região deverá crescer neste ano expressivos 24,1%,

número que só encontra paralelo nas regiões mais desenvolvidas e aquecidas do do País. Para a indústria do Amazonas é essencial chegar rapidamente a este mercado consumidor, pois, como lembra o secretário Paulo Câmara, do governo pernambucano: "Em um raio de 800 quilômetros, estamos no centro distribuição para sete capitais que somam oito portos internacionais, um porto fluvial e 34 milhões de pessoas que representam 90% do PIB do Nordeste". Ou seja, são muitas as possibilidades comerciais que vamos adquirir ao colocar rapidamente nossos produtos na região.

Há também nessa negociação, já devidamente unguida pelo governo central, um componente político importante visto que Pernambuco havia nos colocado em xeque ao negociar a instalação, em Recife, de uma fábrica chinesa de motocicletas, um dos produtos-chefes do Polo Industrial de Manaus. Com o entreposto de Ipojuca, as motocicletas "amazonenses" vão ter condições de competir com o preço oferecido pelos chineses. Por todos esses motivos nos parece importante reforçar esse tipo de política industrial de descentralização da logística. Os entrepostos de Resende (RJ) e de

Uberlândia (MG) são considerados essenciais para nossa entrada nos principais mercados consumidores. Com Ipojuca fincamos nossa bandeira na região que mais cresce. Falta agora chegar ao Centro-Oeste, região cujo Estado de Tocantins já se apresentou ao Governo do Estado e aos empresários como estratégico do ponto de vista da logística, pois tem ferrovias, hidroviáveis e estradas. Durante a Feira Internacional da Amazônia do ano passado, os tocaninenses deixaram aqui uma boa impressão e levantaram a possibilidade de bons negócios a partir de Palmas e de um porto seco que usa da ferrovia Norte-Sul.

## sim & não

### Para agradar PR, Braga 'frita' Pimentel

A solução que o líder do Governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB), apresentou para acalmar os ânimos do PR no Congresso pode cair como uma luva para os interesses do Amazonas. Ontem, o jornal Zero Hora (RS) informou que Braga "soprou nos ouvidos da presidente Dilma" o nome do senador Blairo Maggi (PR-MT) para substituir o ministro Fernando Pimentel, no MDIC. Blairo já trabalhou no Estado e poderia ser uma outra reação à indiferença com que Pimentel tem tratado o Polo Industrial de Manaus.

**Destituído** O desconforto do AM com a gestão Pimentel no Ministério do Desenvolvimento é tanto que o governador Omar Aziz (PSD) declarou em evento público que, para o Estado, o ministro de fato e de direito é Alessandro Teixeira, secretário executivo do MDIC.

**Depoimento** Arrolado como testemunha do deputado federal Sabino Castelo Branco (PTB), o deputado estadual Arthur Bisneto (PSDB) iria ser ouvido hoje sobre o caso, mas a audiência foi adiada para data ainda não definida. Trata-se do processo em que Sabino teve o mandato cassado pelo TRE por abuso em programa de TV.

**Reuniões** Aliados do prefeito Amazonino Mendes (PDT) informaram ontem que ele teve

### Terceiro entreposto da ZFM

Armazém geral será instalado em Ipojuca (PE) e melhorará a distribuição no Nordeste dos produtos fabricados em Manaus

A Zona Franca de Manaus terá mais um entreposto, agora no Município de Ipojuca (PE), na Região Metropolitana do Recife. Protocolo ICMS 22, celebrado entre os governos do Amazonas e Pernambuco, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, dispondo sobre as operações realizadas por estabelecimentos industriais da ZFM por meio de armazém geral localizado em Ipojuca.

Trata-se do terceiro entreposto da ZFM. O primeiro foi o de Resende (RJ) e o segundo, de Uberlândia (MG). "Com a iniciativa, vamos incrementar nossas relações comerciais com o Estado do Amazonas", comemorou o secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara.

Com a publicação do protocolo, o entreposto de Ipojuca passa a existir legalmente, mas para entrar em funcionamento efetivo

#### Distribuição

**"Em um raio de 800 quilômetros, estamos no centro de distribuição para sete capitais que somam oito portos internacionais, um porto fluvial e 34 milhões de pessoas que representam 90% do PIB do Nordeste", explica Paulo Câmara.**

ainda depende da escolha de uma empresa para operar o armazém geral, o que deve ser feito pela Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), por meio de licitação pública.

Como o ICMS é recolhido para o Amazonas, a vantagem para o Estado que recebe um entreposto é o incremento das operações de ar-



Produtos made in ZFM agora passarão a chegar mais rápido no Nordeste

mazenamento e transporte.

#### OPERACIONALIZAÇÃO

O protocolo suspende a incidência do ICMS nas operações de re-

messagem dos produtos feitos no Polo Industrial de Manaus (PIM) para o entreposto em Ipojuca. O imposto só será cobrado na saída do entreposto, ou seja, no momento da

venda definitiva do fabricante para o varejo ou atacado, funcionando assim como um armazém da ZFM. Caso não haja venda em 180 dias, o imposto será recolhido em favor do Amazonas, atualizado monetariamente, considerando a data da saída do seu estabelecimento.

Cálculos da Sefaz-AM apontam que o entreposto de Ipojuca vai reduzir para, no máximo, dois dias, a distância para os centros consumidores do Nordeste - prazo que, atualmente, é de, pelo menos, duas semanas. "Dados do Ibope Inteligência apontam que, só este ano, o mercado consumidor vai crescer 24,1% no Nordeste. Assim, o entreposto de Ipojuca é estratégico para aumentar a competitividade das indústrias do PIM", disse o superintendente da Zona Franca de Manaus, Thomaz Nogueira.

## Audidores da Receita vão cruzar os braços no dia 12

### Operação-padrão continua na próxima quinta-feira, nos postos aduaneiros

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Amazonas (Sindifisco-AM) agendou para a próxima quinta-feira, uma nova mobilização, quando pretende paralisar mais uma vez as atividades de desembarque nas alfândegas dos portos e do aeroporto Eduardo Gomes. Além disso, não vão realizar operações de trânsito aduaneiro (transportar a liberação de cargas de um posto para outro).

“A paralisação no dia ocorrerá em todo o Brasil, mas cada local vai operar de acordo com suas peculiaridades. Vamos trabalhar só em atividades inter-

nas”, disse o presidente do Sindifisco-AM, Eduardo Toledo.

Na última quinta-feira, os auditores fiscais cruzaram os braços durante todo o dia em prol da campanha salarial da categoria que está sem reajuste desde 2008.

As empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), que esperavam a liberação de insumos importados para a produção no final de semana, foram as mais prejudicadas com a suspensão dos serviços.

O inspetor-chefe da Alfândega da Receita no Aeroporto Eduardo Gomes, Renato Alves, disse que um dia de paralisação gera gran-

de repercussão. Segundo ele, o volume mensal de cargas registra média de 5,5 mil toneladas.

Os auditores fiscais que são admitidos via concurso público federal almejam reajuste e reposição de perdas salariais em mais de 30%. O valor está passível de negociação com o Governo Federal, que ainda não chamou a categoria para dialogar.

A pauta de reivindicações inclui também reversão imediata do corte de ponto das greves de 2008 e 2003 e criação de indenização de fronteira e zona inóspita, no valor de 20% do maior subsídio da categoria.

## A história se repete

O setor de duas rodas deverá fechar o primeiro trimestre deste ano com produção inferior ao mesmo período de 2011, confirmando os indicadores da produção industrial do país que vêm decrescendo e gerando preocupações ao governo e aos empresários do setor.

A história se repete: o governo incentiva a população a consumir, concedendo benefícios fiscais para produtos, as instituições financeiras ampliam suas linhas de crédito e cria-se o ambiente altamente favorável ao consumo. Em um segundo momento, constata-se que a demanda foi superior à capacidade de produção e da

infraestrutura necessária, provocando aumento de preços e, conseqüentemente, a inflação. Neste intervalo, muitas indústrias investiram no aumento de sua produção e de novos produtos, assim como os importados invadiram fortemente o mercado consumidor.

Como resultado disso tudo, o governo necessita tomar outras medidas, como a elevação da taxa de juros para conter a inflação – com aumento da importação ocorre o desequilíbrio da balança comercial, então as ações a serem tomadas são aumentos de impostos para produtos importados, barreiras comerciais e iniciativas para

conter a valorização do real. As conseqüências destas novas medidas para a população, por sua vez já bastante endividada, são o recuo do consumo e da linha de crédito pelos bancos. O país, portanto, passa novamente a ter seu nível de crescimento econômico ameaçado e os setores produtivos nacionais sofrem multiplamente com a queda da atividade econômica: queda do fluxo financeiro pelos investimentos realizados, perda da rentabilidade pela concorrência dos importados e ameaças do sindicato pelos desempregos gerados. O governo, sentindo



novamente o recuo do consumo, retoma o mesmo caminho anterior: reduz a taxa de juros, concede incentivos fiscais a produtos e negocia com banqueiros e empresários mais créditos para investimentos. Porém, chegará um ponto em que esta receita não funcionará mais, até porque a população está muito endividada e mais consciente dos problemas econômicos e políticos do país. Volto ao meu antigo questionamento: porque não atacar os problemas pelas causas e não pelos seus efeitos, como o governo vem agindo? Porque não melhoramos as condições para as empresas do

PIM serem mais competitivas? Como a melhoria no sistema de transportes, como portos e estradas mais condizentes; a energia elétrica com seus apagões e altos custos para a produção; a burocracia e a insegurança das regras e as legislações de todas as esferas governamentais; a educação e saúde para melhoria da produtividade e eficiência do país? Concordo que são problemas difíceis e complexos de serem solucionados, mas, se forem sendo resolvidos gradativamente, no futuro serão muito menores e o mais positivo: teremos pelo menos a esperança que um dia seremos um país sério!

## Contexto

### **ISENÇÃO**

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) isentou o Amazonas e o Pará do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de pirarucu criado em cativeiro. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU).

## APLAUSOS

### Governo do Estado



Para os governos do Amazonas e de Pernambuco que criaram um entreposto da ZFM no Nordeste.

## Funcionários

### Sony vai dispensar dez mil

A multinacional japonesa Sony planeja cortar dez mil postos de trabalho, cerca de 6% de seu quadro de funcionários, possivelmente no final deste ano, informou, ontem, o jornal econômico "Nikkei". Um porta-voz da Sony se limitou a dizer que, por enquanto, não há um anúncio oficial, embora o "Nikkei" garanta que metade da redução proviria da integração de operações da divisão de produtos químicos com a de telas LCD.

Entre abril e dezembro de 2011, primeiros nove meses do ano fiscal no Japão, a gigante tecnológica perdeu US\$ 2,7 bilhões. A expectativa é que o resultado do ano fiscal concluído em 31 de março seja negativo pelo quarto exercício consecutivo.

Não há informação sobre quais países e regiões serão afetados pelos cortes da Sony, que atualmente conta com pouco mais de 168 mil funcionários no mundo todo. A expectativa é que a redução seja realizada em vários departamentos.

### PIM: os desafios que ainda temos pela frente

Um dos maiores e mais modernos complexos industriais da América Latina, o Polo Industrial de Manaus (PIM), que teve origem na Zona Franca de Manaus (ZFM), acaba de completar 45 anos, mas com muitos desafios pela frente. O complexo gera mais de meio milhão de empregos diretos e indiretos e movimentou R\$ 68 bilhões em faturamento empresarial no ano passado. Esse valor é quatro vezes maior do que o registrado há dez anos.

Com 1,8 milhão de habitantes, Manaus é o sexto município em arrecadação de tributos no país, o que pode parecer um contrassenso no que muitos enxergam como "paraíso fiscal".

O volume de tributação gerado pela ZFM representa hoje mais de 50% dos impostos federais arrecadados na Região Norte. Considerado o principal vetor de desenvolvimento para a região e para o Amazonas, a participação do PIM no fortalecimento da indústria nacional e na produção de riquezas do país é incontestável. O complexo de indústrias tem cerca de 550 empresas de alta tecnologia, o que coloca Manaus entre as 20 melhores cidades brasileiras para se fazer negócio.

Mesmo com recordes de faturamento, o complexo tem muitos problemas a enfrentar, como sua ampliação e atualização, já que o governo federal prometeu prorrogar os benefícios da Zona Franca por mais 50 anos.

Diante desse cenário, precisam ser traçadas perspectivas de crescimento e planos para o futuro. A região tem pela frente o desafio de confirmar a eficiência na administração dos incentivos fiscais e na elevação do nível de emprego e geração de renda.

Com isso, surge a necessidade de se reavaliar a taxa de tributação das indústrias da área e os incentivos fiscais concedidos, que é seu principal atrativo. O investimento na vocação local, como a fabricação de produtos à base de recursos naturais (extratos para bebidas, cosméticos e fitoterápicos) pode levar a extensão da ZFM para os demais municípios da Região Metropolitana de Manaus.

Sem falar que há ainda potencial para negócios relacionados aos setores naval, madeireiro, de papel, vestuário, calçados, produtos alimentícios, material têxtil, imobiliário, beneficiamento de borracha, ótico e de brinquedos.

Não podemos deixar de citar que ainda será preciso aumentar o nível de produtividade e de competitividade das empresas, ampliar a aplicação dos lucros na própria região e, principalmente, capacitar mão de obra.

Paralelamente aos muitos desafios da ZFM, estão as deficiências inerentes a toda região que segue rumo ao crescimento, tais como transporte, energia, infraestrutura, saúde, educação, mobilidade urbana, abastecimento de água, habitação e navegação fluvial.

O momento é ideal não para o desânimo, mas, sim, de entusiasmo para a construção de condições que sirvam como base para que as enormes perspectivas de crescimento da região se consolidem de fato.



**Luciano Medeiros**

Sócio da KPMG no Brasil e responsável pelo escritório de Manaus

“  
Manaus é o sexto município em arrecadação de tributos no país, o que pode parecer um contrassenso no que muitos enxergam como 'paraíso fiscal'”

### Fiscais da Receita devem parar serviços na quinta

Mobilização programada para esta semana, a segunda neste ano, está no calendário da categoria em protesto por melhorias salariais em todo o país

ALBERTO CÉSAR ARAUJO

**LUANA GOMES**

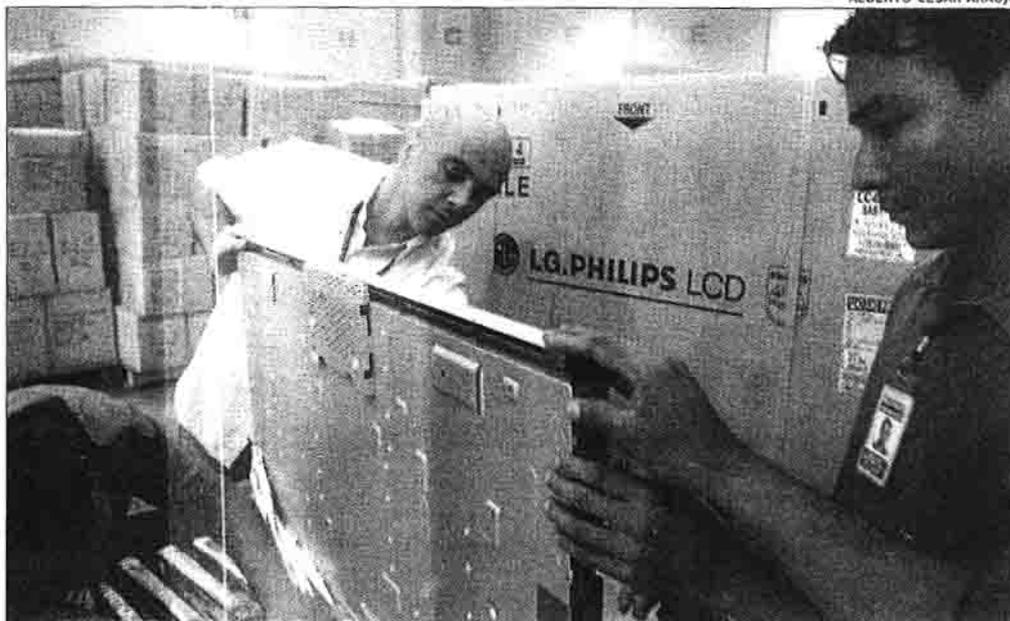
Equipe EM TEMPO

**A**pósparalisar, na semana passada, o desembaraço de mercadorias do Polo Industrial de Manaus (PIM), os auditores fiscais do Amazonas preparam, para a próxima quinta-feira, um movimento semelhante na capital amazonense. O ato está no calendário de paralisações de advertência da Diretoria Executiva Nacional (DEN), em prol das reivindicações salariais da categoria.

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Amazonas, Eduardo Toledo, disse que, desde ontem, as mercadorias, retidas na semana anterior, seguem em um processo normal de desembaraço.

De acordo com Toledo, no mesmo dia da mobilização programada, a categoria se reúne com representantes do Ministério de Planejamento e da entidade patronal para discutir as propostas exigidas. Mesmo assim, não impede que o movimento seja realizado nos mesmos moldes do primeiro "alerta".

No dia 19 também será realizada uma assembleia nacional, para tratar do "Dia Nacional de Paralisação de Advertência", previsto para 13 de maio.



Trabalho dos auditores fiscais é essencial para a liberação de insumos do parque fabril local

### Prejuízos à indústria de Manaus

Embora a confirmação de desembaraço de mercadorias desde ontem, o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Nelson Azevedo, reclamou que, até a metade do dia de ontem, os produtos "bloqueados", na última quinta-feira, ainda não tinham

sido liberados.

Na semana passada, o coordenador de comércio exterior da Fieam, Roberto Campos, frisou que, mesmo com a liberação, os insumos estariam disponíveis para produção apenas hoje.

O titular do Centro da Indústria do Estado do

Amazonas (Cieam), Wilson Périco, chegou a comentar, na oportunidade, que esperava que o movimento não durasse tanto tempo, tendo em vista que o polo tem mostrado um desempenho aquém das expectativas dos representantes do setor neste início de ano.

## Edital de novo entreposto da ZFM sairá em 90 dias

**ANWAR ASSI**  
Equipe EM TEMPO

**O** edital de licitação para a construção do entreposto da Zona Franca de Manaus (ZFM) em Ipojuca, na Região Metropolitana de Recife, em Pernambuco, deverá ficar pronto nos próximos 90 dias, conforme informação do secretário de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), Isper Abraham.

Conforme Abraham, se tudo ocorrer dentro do previsto, no segundo semestre deste ano, será realizada a escolha da empresa responsável pela construção do galpão, que vai facilitar o escoamento dos produtos fabricados pelo Polo Industrial de Manaus (PIM) para a Região Nordeste. "Esperamos que, a partir de setembro, possamos fazer a licitação, mas, dependendo da situação, pode ser que o processo licitatório seja iniciado antes", afirmou o titular da Sefaz.

Ontem, o projeto, que cria o entreposto, deu um importante passo para sair do papel. Após ser aprovado, no mês passado, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), o protocolo que regulamenta as operações realizadas pelas indústrias instaladas na ZFM, por meio do centro de distribuição em Ipojuca, assinado entre os governos do Amazonas e o de Pernambuco, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Na prática, a medida abre caminho para a instalação de fato do entreposto em Pernambuco, cujo andamento é retardado devido a entraves burocráticos. "Ao aprovarem o protocolo, os Estados brasileiros demonstram que concordam que haja um entreposto da ZFM, no Nordeste", enfatizou o secretário Isper Abraham.

Segundo o titular da Sefaz-AM, o entreposto vai reduzir para, no máximo, dois dias a distância para os centros consumidores do Nordeste. Atualmente, esse prazo é de duas semanas.

Para o vice-presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaes), Celso Piacentini, o entreposto de Ipojuca vai facilitar a distribuição dos produtos do PIM e trazer melhorias no fluxo de caixa das empresas.

A instalação de um entreposto em Pernambuco tem sido "costurada" pelo Amazonas desde 2007, mas somente, no ano passado, o projeto ganhou força para sair do papel. A estimativa é que o local tenha 40 mil metros quadrados e capacidade para abrigar quase 30 empresas. O investimento total será de R\$ 10 milhões.

### Edital de novo entreposto da ZFM sairá em 90 dias (continuação)

#### Incentivo fiscal nas operações

Conforme a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o protocolo aprovado entre o Amazonas e Pernambuco suspende a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações de remessa dos produtos feitos no PIM para o entreposto em Ipojuca. Neste caso, o imposto só será cobrado na saída do entreposto, ou seja, no momento da venda definitiva do fabricante para o varejo ou atacado, funcionando assim como um armazém da ZFM.

Ainda pelo acordo, caso não haja venda em 180 dias, o imposto será recolhido em favor do Amazonas, atualizado monetariamente, considerando a data da saída do seu estabelecimento. "Dados do Ibope Inteligência

apontam que, só este ano, o mercado consumidor vai crescer 24,1% no Nordeste. Assim, o entreposto de Ipojuca é estratégico para aumentar a competitividade das indústrias do PIM, dando maior agilidade no escoamento das mercadorias aqui produzidas", enfatizou o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira.

Para Pernambuco, o entreposto consolida a posição do Estado como centro logístico do Nordeste. "Em um raio de 800 quilômetros, estamos no centro distribuição para sete capitais que somam oito portos internacionais, um porto fluvial e 34 milhões de pessoas que representam 90% do PIB do Nordeste", explica o secretário de Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara.



Entreposto vai reduzir para dois dias o tempo de logística

#### Mais dois armazéns para o PIM

Além de Ipojuca, o Amazonas tem negociado a implantação de novos entrepostos da Zona Franca de Manaus (ZFM), em Santarém, no Pará e, em Goiânia, em Goiás, para facilitar o comércio dos produtos do PIM nas regiões Norte e Centro-Oeste. As conversações estão mais avançadas no caso de Goiás, com o qual o Estado já assinou protocolo de intenções, segundo a Sefaz.

Atualmente, o Estado do Amazonas mantém em funcionamento os entrepostos de Resende, no Rio de Janeiro, e Uberlândia, em Minas Gerais.

### Denúncia de fraude no PIM chega ao MPE-AM

**A** compra de empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM), com o objetivo de utilizar a credibilidade do nome do empreendimento e de seus proprietários para encobrir um esquema de desvio de dinheiro, é alvo de denúncia por três empresários do Estado. Segundo eles — que apresentam documentos que comprovam as fraudes, incluindo falsificação de assinaturas — o esquema já foi aplicado em vários Estados do país e denunciado ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MPE-AM) e à Polícia Federal do Amazonas.

De acordo com a denúncia, os empresários Rafael Porto Pinheiro, Marcos Roberto Nogueira, Edoardo Campofiorito e Wilson dos Santos Pinheiro não moram em Manaus e nem são do Estado, mas compram determinadas empresas aproveitando a credibilidade delas a fim de usar o nome para obter empréstimos em bancos, notas fiscais e duplicatas frias.

Com o tempo, após acumularem fortuna por meio de fraudes — que segundo os denunciantes também têm a ajuda de funcionários de vários órgãos estaduais e federais — decretam a falência da empresa para não ter de pagar as dívidas acumuladas no decorrer da administração. Para não ficarem com os nomes "sujos", os supostos fraudadores realizam a mudança contratual utilizando nomes de funcionários, que seriam os "laranjas" do esquema.

Um dos empresários afetados pelos supostos fraudadores, Ricardo Rossete disse ter descoberto o plano meses após vender, em 2009, a empresa Vulcaplast Indústria da Amazônia Ltda. Ele e a sócia Cristiane Rodrigues Silveira,

revelam que na ocasião venderam 100% das cotas da empresa aos compradores Rafael Porto Pinheiro, Marcos Roberto Nogueira e Edoardo Campofiorito.

Segundo eles, somente no caso da Vulcaplast foram fraudadas assinaturas para empréstimos, mudanças contratuais e venda de produtos e equipamentos da empresa. "Inicialmente não há como descobrir isso, porque a pessoa que se propõe a comprar, tem credibilidade, nome no

---

R\$

# 69

milhões

é o valor real da dívida da Vulcaplast. Estimativa que, segundo ex-donos, pode chegar a R\$ 100 mil

-----

mercado. Não tem como desconfiar. Hoje, a dívida da empresa, que ainda está no nosso nome, está em torno de R\$ 69 milhões", disse Rossete.

Esse valor, segundo ele, é relacionado somente ao que foi apurado no decorrer de uma auditoria executada na Vulcaplast, mas pode ser ainda maior. "Esse valor é referente às dívidas reais da empresa, mas se formos pegar os valores de notas frias, duplicatas e outros esquemas isso pode chegar a R\$ 100 milhões".

Conforme Rossete e a sócia dele, que alegam riscos de perder todos os seus bens, a situação é séria e precisa de uma intervenção para que ninguém mais seja afetado. "Eles fazem isso há anos e nada foi feito até agora porque eles compram todo mundo".

## Denúncia de fraude no PIM chega ao MPE-AM (continuação)

### Envolvidos têm outros processos

Segundo o consultor Alípio Schuwank Maggi, que iniciou a auditoria na Vulcaplast após suspeitar do esquema, alguns dos empresários envolvidos, como Marcos Roberto Nogueira, soma inúmeros processos judiciais referentes ao assunto em outros Estados.

“Isso tudo foi encaminhado ao MPE-AM e à polícia, em novembro e dezembro do ano passado, mas ainda aguardamos retorno. O caso precisa ser investigado, pois outras empresas do Estado e do país estão sendo

afetadas”, ressaltou.

A reportagem do EM TEMPO entrou em contato com o promotor de Justiça do MPE-AM, Fábio Monteiro — para quem os denunciantes encaminharam o dossiê com as informações referentes ao esquema realizado na Vulcaplast —, mas até o fechamento desta edição, não obteve retorno. Tentou, ainda, contato com a assessoria da Polícia Federal para saber se o caso foi encaminhado para o órgão e quem estaria à frente das investigações, sem sucesso.

## Claro & Escuro

# Votação da PEC da Música está pautada para amanhã no Senado

**A** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado pautou para amanhã a votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 98/2007, a 'PEC da Música', de autoria do deputado do Rio de Janeiro Otávio Leite (PSDB), que isentará de impostos as indústrias de CD e DVD em qualquer lugar do País, privilégio que, até o momento, tem sido exclusivo do Polo Industrial de Manaus (PIM). Em igualdade de condições tributárias, Manaus poderá perder empresas do PIM que atuam no setor fonográfico para outros Estados mais centralizados, colocando em risco o emprego de 8 mil pessoas. Em 2011, a Câmara aprovou a proposta sem muitos problemas, seguindo a orientação da presidente Dilma Rousseff. Na condição de líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB) deverá atentar para as determinações da presidente e só então vai orientar a base que caminho seguir na votação da proposta. Procurado ontem, Braga não retornou as ligações.

## Claro & Escuro (continuação)

### Revendo a PEC

O secretário da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), Carlos Lacerda, disse, ontem, que Eduardo Braga tem nas mãos a possibilidade de pedir vista da PEC da Música e incluir dispositivos que protejam os empregos do setor fonográfico do PIM. "É na Comissão de Constituição e Justiça que o parlamentar pode questionar a inconstitucionalidade de uma proposta", afirmou.

### ZFM

#### Prorrogação em pauta

Um dia antes do Senado analisar a PEC que pode comprometer empregos na indústria fonográfica do Polo Industrial de Manaus, a Câmara Federal deve analisar, hoje, o relatório da PEC 506, de 2010, que trata da prorrogação dos benefícios da Zona Franca de Manaus (ZFM) até dezembro de 2033.

### TIENS

#### Deputados contrários

Relator da PEC que prorroga a Zona Franca de Manaus, o deputado Henrique Oliveira (PR) afirmou, ontem, que existem pelo menos 106 itens da proposta que divergem da opinião dos

parlamentares de outros Estados.

### ELEIÇÕES

#### Lippi e Deodato

As candidaturas dos secretários municipais de Saúde, Francisco Deodato, e de Educação, Mauro Lippi, para as eleições deste ano ainda não podem ser descartadas. É que a legislação eleitoral dá um prazo para afastamento de quatro meses antes das eleições aos secretários que forem concorrer à prefeitura ou vice-prefeitura.

### EVENTOS

#### Sempre elogiados

O prefeito de Manaus, Amazonino Mendes (PDT), sempre fez questão de elogiar o trabalho de Francisco Deodato e Mauro Lippi nas inaugurações de obras públicas, dando a entender que eram pré-candidatos.

### ALIANÇAS

#### PTdoB independente

Presidido pelo irmão do senador Alfredo Nascimento (PR), o PTdoB enviou nota ontem comunicando que terá candidatura própria à Prefeitura de Manaus. Evilázio Nascimento, disse que o partido já definiu até seus pré-candidatos: o vereador Dr. Modesto e a ex-deputada Rosaline Pinheiro.